

*Reflexões a respeito das pesquisas desenvolvidas sobre temas raciais:  
a luz da política de cotas e da Lei 10.639/03 na Universidade Federal de  
Sergipe (UFS)<sup>1</sup>*

Selma da Silva Santos<sup>2</sup>

José Francisco dos Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** As ações afirmativas são um conjunto de medidas que visam reparar a situação de desigualdade em que foi colocada a população negra desde o período da escravidão e que se perpetua até os dias atuais. A política de cotas dentro das ações afirmativas permite o ingresso de afrodescendentes na universidade a partir de uma reserva de vagas, sendo essa de forma variada, ficando cada universidade pública federal livre para determinar essa porcentagem, não podendo ser menor que 50%. Desde o período da escravidão, os negros foram alijados no acesso a educação, e principalmente no ensino superior, onde a universidade era e continua sendo majoritariamente composta em seus corpos discente e docente pela população branca, ficando assim os negros fora desse espaço elitizado. Como também tiveram a sua História suprimida ou contada de forma errônea ou distorcida na historiografia oficial, sendo os negros representados sempre de forma estereotipada e preconceituosa. Então esse trabalho a partir da política de cotas e da Lei 10.639 tem o objetivo de identificar a relação na produção científica dos trabalhos acadêmicos com os assuntos étnico-raciais na Universidade Federal de Sergipe (UFS) entre os anos de 2003 a 2014, com as referidas ações afirmativas. Para tanto utilizou como técnica, a metodologia de coleta de informações no sistema de gerenciamento de informação da biblioteca central da referida universidade, achando um aumento considerável no quantitativo de pesquisas em assuntos étnico-raciais entre os anos que antecede os debates acerca das cotas, como também várias pesquisas em diversas temáticas étnico-raciais no intervalo do recorte temporal desse trabalho.

**Palavras-chave:** Política de cotas. Lei 10.639/03. Lei 12.711/2012. Negros. Ensino superior.

---

<sup>1</sup> O artigo foi apresentado como trabalho de conclusão de curso de especialização em História e Humanidades – UEM (2015)

<sup>2</sup> Mestranda em História Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bibliotecária Documentalista da UFS.

<sup>3</sup> Professor Assistente da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.

**Abstract:** Affirmative action is a set of measures to remedy the situation of inequality in which was placed the black population from the period of slavery and which is perpetuated to the present day. The policy of quotas in affirmative action allows the entry of African descent at the university from a reserve places, and this in different ways, getting free federal public university to determine this percentage may not be less than 50%. Since the period of slavery, blacks were disenfranchised in access to education, especially higher education, where the university was and remains mostly composed in their student bodies and teaching the white population, thus blacks out of that space elitizado. Como also had their history suppressed or told of erroneous or distorted in official historiography, and black always represented in stereotypical and prejudiced manner. So this work from the quota policy and the Law 10.639 aims to identify the relationship in the scientific production of academic work with ethnic and racial issues at the Federal University of Sergipe (UFS) between the years 2003-2014, with referred to affirmative action. Therefore used as a technique, the methodology of gathering information in the central library information management system of that university, finding a considerable increase in the quantitative research on ethnic and racial issues in the years preceding the debates on quotas, as also several studies on various ethnic and racial issues in the time frame of this work range.

**Keywords:** Quota Policy; Law 10.639 / 03; Law 12.711 / 12; Black; Higher education

## 1 INTRODUÇÃO

O negro por muitos anos foi excluído e invisibilizado nos espaços acadêmicos, ingressar no ensino superior era algo que lhe fugia do horizonte, não por escolha própria, mas pelo racismo institucional velado que tornava o acesso dos negros aos bancos acadêmicos dificultoso, excluindo assim milhares de afrodescendentes da sala de aula, somando a isso também temos a invisibilidade da História da África e da Cultura Afro-brasileira tanto na grade curricular dos cursos de licenciatura como nos livros e materiais didáticos em todas as instituições de ensino no Brasil.

O racismo institucional pode ser definido como fracasso coletivo das organizações e das instituições, pelo fato de não atender às necessidades das pessoas por causa da sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Assim, os resultados diretos do racismo institucional são o acesso desigual a

oportunidades, aos bens e serviços públicos e privados, e a garantia de vida com qualidade. (RIBEIRO, 2014, p. 47).

Os movimentos sociais negros conseguiram depois de muita luta aprovação de duas ações de política afirmativa que mudaria esse cenário, a política de cotas, a Lei 12.711 do ano de 2012 que estabelece cotas de no mínimo 50% das vagas das instituições federais para estudantes oriundos de famílias com renda mensal de até 1,5 salários-mínimos, e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com isso impactando no efetivo ingresso da população étnico-racial nas universidades brasileiras, e a promulgação da Lei 10.639 no ano de 2003, tornando obrigatório nas instituições educacionais o ensino da História da África e da Cultural Afro-brasileira.

No Brasil, o debate sobre as ações afirmativas, enquanto tal aparece nos anos 80, através das reivindicações dos movimentos negros, que tinham ressurgido com expressão pública a partir de 1978, com a criação do MNU<sup>4</sup>. (NEVES, 2010, p.21).

Atualmente mesmo que tenuemente, a política de cotas vem tentando deixar a cor nas universidades mais diversificada, no entanto, muito ainda precisa ser feito, porque ainda podemos perceber um cenário de homogeneidade em alguns cursos ditos de elite, como direito e medicina.

As ações afirmativas surgiram dentro de políticas de inclusão de grupos que foram excluídos por motivos diversos da sociedade. São desigualdades que se formaram durante a evolução histórica das sociedades, e essas ações visam eliminar ou minorar as diferenças. Têm sempre um caráter temporário, esperando-se que a evolução social dos grupos excluídos transforme as ações propostas em normas. (FERRAZ, 2012, p.137).

Ribeiro (2014) conceitua ações afirmativas como:

Conjunto de políticas públicas ou privadas que têm por finalidade promover igualdade de oportunidades para grupos que sofreram injustiças históricas e para corrigir os efeitos atuais dessa discriminação praticada no passado, como é o caso da população negra, das mulheres e dos povos indígenas. (RIBEIRO, 2014, p. 84).

Já para Gomes e Silva as ações afirmativas podem ser entendidas como:

---

<sup>4</sup> Movimento Negro Unificado

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, SILVA, 2003 p.93,).

Como reflexo do ingresso de um número efetivamente maior de negros na universidade, pesquisadores da temática de cotas e educação antirracista começaram a perceber que as pesquisas sobre temas raciais também pudessem aumentar nesses espaços, necessitando assim de estudos que apontem a realidade nesse aspecto. Então essa pesquisa surge com o fito de identificar através da produção científica desenvolvida sobre temas raciais na Universidade Federal de Sergipe (UFS), se é possível relacionar o aumento da produção acima citada com o ingresso maior de negros a partir da política de cotas, e num segundo momento com a Lei 10.639/03, apresentando assim um quadro da produção científica desenvolvida sobre temas raciais na referida instituição.

Diante do resultado a serem alcançados com este estudo será possível verificar se essas duas políticas de ações afirmativas se coadunam com as hipóteses de que a partir do ingresso de alunos oriundos de escolas públicas nas instituições de ensino superior, através da política de cotas, que na sua maioria são negros, houve um aumento nas pesquisas científicas em tema étnicos raciais. Com a promulgação da Lei 10.639/03 as pesquisas científicas dentro da temática étnico-racial desenvolvidas na UFS tiveram um aumento considerável, especificamente nas áreas de ciências humanas, o que não se confirma nas ciências exatas e tecnológicas.

Delimitando como espaço temporal o ano de 2003 até 2014. Justificando o ano de 2003 da promulgação da Lei 10.639/03, visto que essa lei inclui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos, e tendo muitas vezes seu ensino e práticas pedagógicas como objetos de pesquisa nas universidades, que se pretende também relacionar a produção científica com a política de cotas, que foi instituída na referida instituição objeto de pesquisa, no vestibular do ano de 2010.

O estudo a ser realizado nesse trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva, apresentando uma abordagem quantitativa e quanto aos seus objetivos exploratória, que segundo Severino (2007, p.123) “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

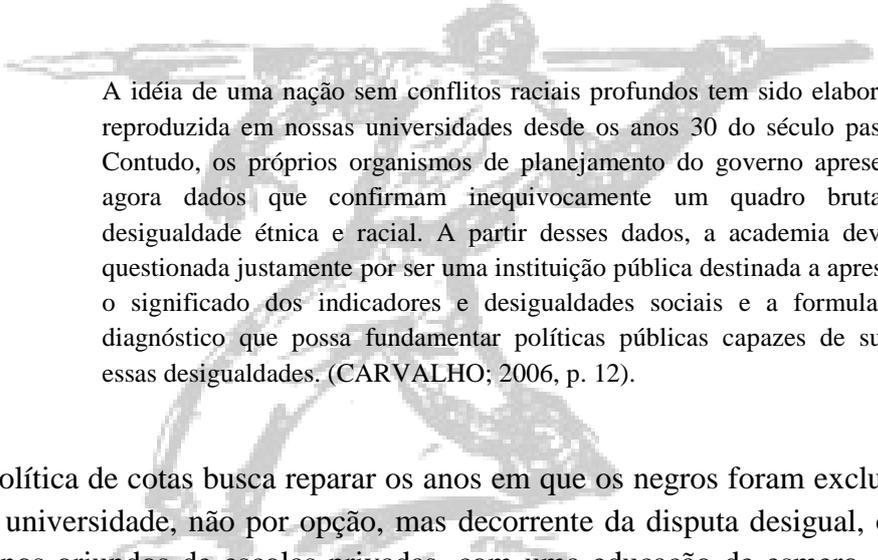
Em relação à técnica ela é documental, de acordo com Severino (2007, p.124) “[...] é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho”.

Foi realizado um levantamento quantitativo na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no sistema eletrônico de gerenciamento de informação, o sistema Pergamum, da Universidade Federal de Sergipe, utilizando palavras-chaves

selecionadas e relacionadas com a temática étnico-racial a fim de identificar os possíveis trabalhos desenvolvidos nesse eixo temático. Depois de coletada as informações foram analisadas quantitativamente e qualitativamente, como também cruzados os dados uns com outros a fim de reafirmar ou refutar as hipóteses acima elencadas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A universidade brasileira durante muito tempo teve em sua comunidade universitária uma hegemonia na cor, sendo um espaço predominantemente de brancos. A partir da adoção em algumas universidades de ações afirmativas como a política de cotas, que têm como fito a inclusão dos negros no ensino superior, foi atenuada a homogeneidade de cor que perdurou por muitos anos nas universidades públicas brasileiras, a saber, a cor branca.



A idéia de uma nação sem conflitos raciais profundos tem sido elaborada e reproduzida em nossas universidades desde os anos 30 do século passado. Contudo, os próprios organismos de planejamento do governo apresentam agora dados que confirmam inequivocamente um quadro brutal de desigualdade étnica e racial. A partir desses dados, a academia deve ser questionada justamente por ser uma instituição pública destinada a apresentar o significado dos indicadores e desigualdades sociais e a formular um diagnóstico que possa fundamentar políticas públicas capazes de superar essas desigualdades. (CARVALHO; 2006, p. 12).

A política de cotas busca reparar os anos em que os negros foram excluídos dos espaços da universidade, não por opção, mas decorrente da disputa desigual, onde de um lado alunos oriundos de escolas privadas, com uma educação de esmero, e do outros alunos de escolas públicas, estas com uma educação sucateada e sem qualidade, que em nada preparavam os alunos para uma disputa por igual nos processos seletivos, o vestibular, o que os faziam ficarem de fora desse espaço educacional, além do racismo institucional velado que predominava excluindo efetivamente a população negra dos bancos da universidade.

No que tange o estado de Sergipe:

[...] o mapeamento do acesso ao ensino superior público em Sergipe destacou-se por evidenciar a ampla desigualdade entre estudantes da rede pública e da rede privada de ensino. Estes dados estatísticos acerca da origem das instituições escolares dos universitários sergipanos, somado à alarmante diferenciação de oportunidades tendo por base aspectos socioeconômicos e étnico-raciais serviram para corroborar o argumento da necessidade de criação de uma política de ação afirmativa na UFS. (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013, p.11).

Além de tantos outros pontos que envolvem essa questão, como a situação sócio-econômica do aluno, a discriminação, o preconceito racial, a orientação sexual e a violência.

A ausência entre os quadros das universidades brasileiras, de acadêmicos negros produzindo conhecimento e reflexão sobre a questão negra na educação deixou as instituições com pouca capacidade para refletir com isenção sobre sua própria política racial e de autoavaliar-se adequadamente a esse respeito (CARVALHO, 2002, p.82).

A partir de 2003 temos a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), pioneira em incluir no seu processo seletivo a política de cotas, o que vai influenciar outras universidades a fazerem o mesmo, como a Universidade de Brasília (UnB), sendo a pioneira dentre as federais, a estadual do Rio de Janeiro, a Universidade Federal da Bahia, e outras, e como resultado, várias mudanças foram percebidas ao longo do tempo, além da mudança na cor dos discentes, mesmo que de forma tênue, como um possível aumento na produção científica em temas raciais, possivelmente decorrente dessa política, reforçada pela promulgação da Lei 10.639/03, visto que os próprios sujeitos negros puderam produzir conhecimento sobre a sua etnia, ampliando o horizonte do conhecimento sobre a sua cultura, história, tecnologia, saúde, arquitetura, religião e outros, que segundo Barros.

O impacto da garantia de entrada da população negra no ensino superior deve trazer como consequências: primeiro, a mudança nas representações sobre o que é ser negro (e branco) no Brasil e, também, a alteração na produção do conhecimento científico nas universidades (BARROS, 2012, p. 65).

Por muitos anos os negros não puderam escrever a sua História, não foram portadores da transmissão de sua cultura, religiosidade, ancestralidade e seu modo de ser e ver o mundo, colocando-os em um lugar invisibilizado dentro da historiografia oficial, e assim foram retratados em materiais bibliográficos e audiovisuais didáticos ou não, de forma estereotipada, causando muitas vezes a sua própria rejeição, negando elementos de sua cultura e identidade, e elegendo pra si elementos de outra cultura, como a branca, por exemplo, vista sempre de forma positiva.

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos (SILVA, 2005, p. 23).

No caso das mulheres negras a sua imagem hipersexualizada também é um exemplo a corroborar com esse debate. São representações impregnadas de racismo e preconceito que se encontram na sociedade desde o período escravocrata, resquícios dos anos de escravidão, e que percorreram décadas levando o movimento negro a evidenciar através de suas manifestações a sua reivindicação sobre esse lugar que colocaram o negro na sociedade brasileira, com o objetivo de cobrar mudanças.

[...] a desigualdade no país tem uma clara marca racial, patente na desvantagem relativa dos não-brancos em relação aos brancos em várias esferas sócio-econômicas e políticas. Por isso, não seria exagero afirmar que a desigualdade racial é um problema estrutural entre nós. Tem a ver com a herança histórica do passado escravocrata e também com as representações e estereótipos que limitam as possibilidades de ascensão social dos não-brancos. Assim, mudanças nesses domínios têm repercussões simbólicas importantes, o que explica os violentos debates em torno da questão. (NEVES, 2010, p.25)

A população do estado de Sergipe, conforme o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), em sua maioria é composta por 70% de negros e pardos, sendo que esses indivíduos de forma substancialmente não se encontravam dentro do espaço acadêmico, demonstrando uma desigualdade étnico-racial e social entre a comunidade discente na Universidade Federal de Sergipe, o que já indicava da necessidade a implantação de alguma política de ação afirmativa a fim de mudar esse cenário educacional.

Preocupados com as desigualdades sócio-raciais existentes dentro do ambiente acadêmico da UFS, o NEAB<sup>5</sup> começou a ampliar a discussão sobre o tema, não só com professores, funcionários e estudantes da instituição, mas também com diferentes representantes da sociedade sergipana, tais como associações do movimento negro e representantes da secretaria de educação do estado, além de manter contato direto com outras universidades que já haviam implantado políticas públicas nesse sentido. Em razão do seu engajamento, o Reitor da universidade ao implantar o PAAF<sup>6</sup>/UFS incumbiu ao NEAB à missão de coordenar o Programa. (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013, p.11).

No vestibular de 2010 a Universidade Federal de Sergipe (UFS) instituiu a reserva de vagas pelo sistema de cotas no seu processo seletivo, tardiamente se comparado com outras universidades públicas que começaram desde o ano de 2003. Então essa reserva de vaga tem o objetivo de contribuir na diminuição das desigualdades sociais e a democratização do acesso ao ensino superior no referido Estado, com impactos positivos no cotidiano dessas pessoas e conseqüentemente de seus familiares.

<sup>5</sup> Núcleos de Estudo Afro-brasileiros

<sup>6</sup> Programa de Ações Afirmativas

A política de cotas na UFS foi uma conquista da comunidade acadêmica, destacando o movimento estudantil, alguns professores e o movimento negro de Sergipe, que juntos pressionaram a universidade diante de seu retardamento na implantação da política de cotas na instituição, dado que a grande maioria das universidades federais do Brasil já tinha instituída, e só no ano de 2008 é aprovada pelo Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE) e efetivada no processo seletivo seriado do vestibular em 2010.

Aliada à política de cotas, temos a Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos da escola básica, o que também influenciou o ensino e as práticas pedagógicas, sendo muitas vezes esses objetos de estudo nas universidades no tocante a lei.

As duas políticas reparadoras provocaram grandes mudanças na educação brasileira, e como tal se deduz também mudanças na produção do conhecimento científico, então diante do exposto este trabalho tem como fito pesquisar a produção científica em torno dos trabalhos de conclusão de curso em temas étnico-raciais desenvolvidas na Universidade Federal de Sergipe (UFS), localizada na cidade de São Cristóvão.

A fim de identificar, apresentar e fazer conhecer a realidade da possível influência da política de cotas e da promulgação da Lei 10.639/03 na produção científica dessa universidade, promovendo assim um maior conhecimento da comunidade científica, do movimento negro, de ativistas sociais comunitários e consequentemente da sociedade como um todo, é que esse trabalho se propõe a realizar esse levantamento e apresentar um possível cenário dessa instituição.

### **3 ANÁLISE DOS DADOS**

O tema étnico racial existe nas universidades desde muito tempo, no entanto, o que se percebe é que talvez com o ingresso de um maior número de negros na universidade, a temática tenha ganhado dentro da pesquisa científica, um olhar mais atento por parte da comunidade acadêmica, quando da escolha do tema para a confecção do trabalho de conclusão de curso, graduação e pós-graduação, como também o incentivo do governo para que as pesquisas sejam realizadas dentro dessa linha temática.

Sendo assim, um dos objetivos desse trabalho é identificar através de busca realizada no portal da Biblioteca da UFS, no sistema de gerenciamento da informação, o sistema Pergamum, produção acadêmica na temática étnico-racial, utilizando palavras-chave a fim de localizar essas produções no buscador do referido sistema.

A coleta dos dados foi realizada no site da biblioteca da referida universidade, utilizando palavras-chave retiradas do trabalho da Coelho e Silva (2013), que são utilizadas pelos grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ<sup>7</sup>, tais como: ações

<sup>7</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

afirmativas, afrodescendentes, movimento negro, relações raciais, racismo, discriminação racial, diversidade racial, políticas afirmativas, quilombo, raça, população negra, identidade étnica, capoeira, literatura africana, crianças negras, preconceito racial, negritude, História da África, Lei 10.639/03, negro, mulher negra, cotas, África, pedagogia multirracial. A pesquisa foi realizada distinguindo ano por ano, e abaixo segue os dados coletados com o resultado geral no quadro 1.

ANO	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total Geral
2003	0	0	0	0	0
2004	2	0	0	0	2
2005	3	0	1	1	5
2006	2	0	0	0	2
2007	4	0	1	1	6
2008	3	2	0	0	5
2009	6	0	2	0	8
2010	2	0	4	1	5
2011	2	0	3	0	5
2012	2	0	6	1	9
2013	0	0	6	1	7
2014	1	0	7	1	9
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>30</b>	<b>6</b>	<b>65</b>

QUADRO 1 – RESULTADO GERAL LOCALIZADO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA  
 FONTE: O autor

Com os dados coletados podemos observar que no quadro 01 tivemos 27 (vinte e sete) pesquisas na graduação e ficando o maior quantitativo na pós-graduação, na especialização 02 (dois), no mestrado 30 (trinta) e no doutorado 06 (seis) pesquisas, perfazendo um total de 65 (sessenta e cinco) pesquisas realizadas entre os anos de 2003 a 2014.

Observando de forma geral os números coletados, percebemos que o maior quantitativo de pesquisas se concentrou em primeiro lugar na graduação, em segundo no mestrado e em terceiro no doutorado, a especialização foi um nível de conhecimento que houve pouca produção dentro da temática pesquisada.

ANO	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total Geral
2003	0	0	0	0	0

2004	2	0	0	0	2
2005	3	0	1	1	5
2006	2	0	0	0	2
2007	4	0	1	1	6
2008	3	2	0	0	5
2009	6	0	2	0	8
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>28</b>

QUADRO 2 – ANTES DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS

FONTE: O autor

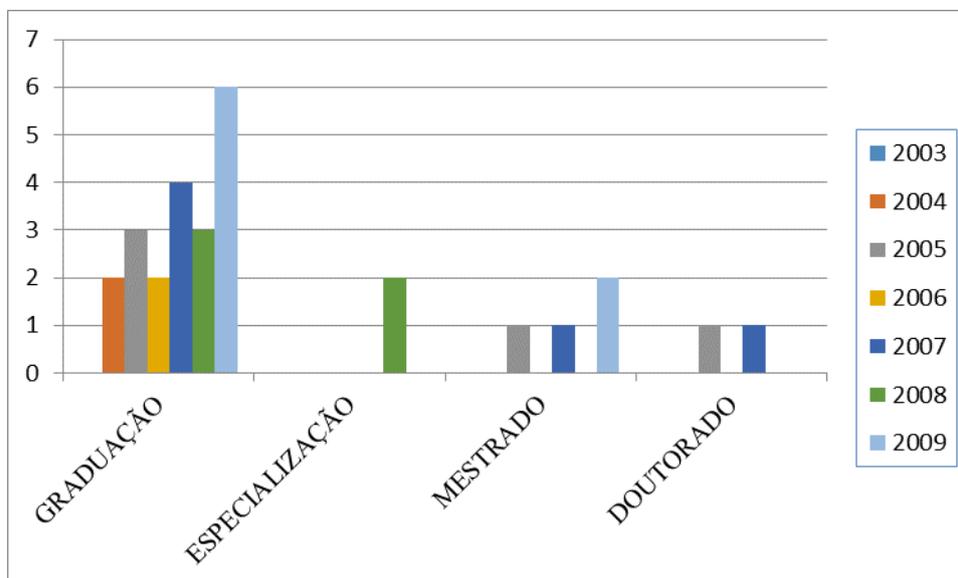


GRÁFICO 1 – ANTES DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS

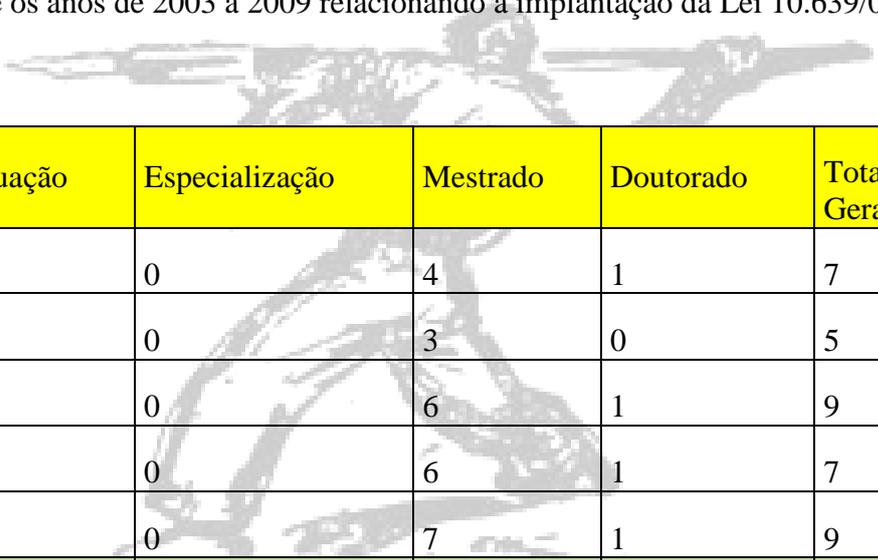
FONTE: O autor

Segundo os dados coletados, é possível notar que em 2003 era nulo o número de pesquisas realizadas sobre temática racial em todos os níveis, graduação, especialização, mestrado e doutorado. De 2004 até 2009 percebemos uma mudança no quadro, apesar de mais sintomática na graduação do que em outros níveis, sendo possível visualizar um total de 20 (vinte) trabalhos de graduação, 02 (dois) na especialização, 04 (quatro) no mestrado e 02 (dois) no doutorado, dando um total de 28 (vinte e oito) trabalhos dentro da temática racial, podendo ser um reflexo do que estava acontecendo no interior da universidade, os debates sobre as políticas de ações afirmativas e somando a isso, a questão da Lei 10.639/03, o que possivelmente pudesse justificar o aumento de interesse dentro do nível graduação sobre assuntos étnico-raciais.

Assim, quando a reitoria solicita ao NEAB, em fins de 2007, a elaboração de um projeto para a introdução de políticas afirmativas para estudantes pobres e negros, mudanças simbólicas importantes estavam já em curso no interior da universidade, como se a mesma se pusesse a andar no mesmo compasso das mudanças que se passavam no âmbito nacional. Algo aconteceu entre 2005 e 2008, ano da aprovação das cotas no conselho universitário da UFS. (NEVES, 2010, p.31)

É perceptível visualmente e quantitativamente uma mudança nos números de pesquisa logo após o ano de 2003, um aumento simbólico que já refletia as mudanças internamente e que refletia também do interesse acadêmico por desenvolver pesquisas na temática étnico-racial, mesmo que lentamente.

Antes da implantação das cotas, os anos de 2004 e 2006 apresentam o mesmo número de pesquisa dentro da temática, o quantitativo de 02 (duas). Podemos aferir também a partir do quadro 2 que houve um possível aumento de pesquisas na graduação entre os anos de 2003 a 2009 relacionando à implantação da Lei 10.639/03.



ANO	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total Geral
2010	2	0	4	1	7
2011	2	0	3	0	5
2012	2	0	6	1	9
2013	0	0	6	1	7
2014	1	0	7	1	9
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>37</b>

QUADRO 3 – DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS  
 FONTE: O autor

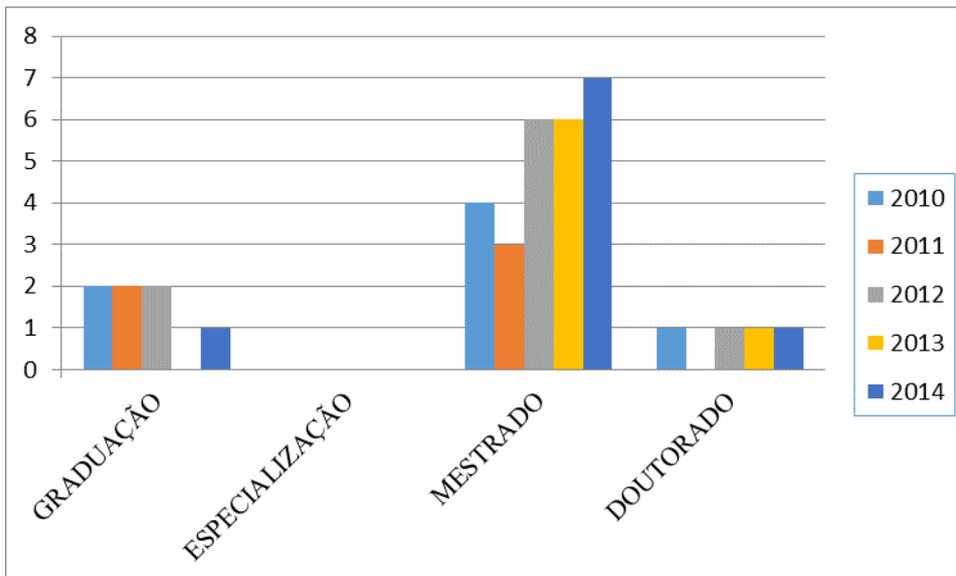


GRÁFICO 2 – DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS  
FONTE: O autor

A partir de 2010 já existe uma nítida percepção do aumento do interesse do corpo acadêmico sobre a temática, agora não mais na graduação, mas na pós-graduação, o gráfico 2 mostra que houve um deslocamento de interesse sobre os assuntos étnicos e mais trabalhos começam a surgir especificamente no mestrado. Entre os anos de 2010 a 2014 encontramos 07 (sete) trabalhos de graduação, 0 (zero) na especialização, 26 (vinte e seis) no mestrado e 04 (quatro) no doutorado, perfazendo um total de 37 (trinta e sete) trabalhos.

O ano de 2009 foi onde mais se apresentou um relevante quantitativo de pesquisa na temática étnico-racial, perfazendo um total de 08 (oito), esse ano é o que antecede a efetiva implantação das cotas no vestibular em 2010. Os anos de 2010 e 2013 apresentam o mesmo total de pesquisa, 07 (sete). O ano de 2011 é o que apresenta o menor número.

O interesse da temática dentro da graduação no quadro 3 foi menor, caindo abaixo da metade em relação ao quantitativo do quadro 2. O aumento se deu efetivamente na pós-graduação, especificamente no mestrado, onde antes da implantação das cotas temos um quantitativo total de 04 (quatro) pesquisas e depois da implantação das cotas esse número sobe para 26 (vinte e seis), possivelmente um quadro sintomático do que estava acontecendo dentro da universidade.

No nível da especialização antes das cotas temos um total de 03 (três) trabalhos e depois um quantitativo nulo, nenhuma pesquisa foi localizada no sistema de gerenciamento da informação da biblioteca. Em relação ao doutorado temos antes das cotas um quantitativo de 02 (duas) pesquisas e depois o dobro, 04 (quatro), um aumento de 50%. O total de materiais localizados conforme é apresentado no quadro 3 foi de 37 (trinta e sete) pesquisas.

ANO	Sobre Cotas	Sobre Educação	Assuntos Diversos	Total Geral
2003	0	0	0	0
2004	0	1	1	2
2005	1	0	4	5
2006	0	0	2	2
2007	2	0	4	6
2008	1	2	2	5
2009	2	0	6	8
2010	0	0	7	7
2011	0	2	3	5
2012	0	2	7	9
2013	0	2	5	7
2014	1	2	6	9
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>47</b>	<b>65</b>

QUADRO 4 – PRODUÇÃO COM RELAÇÃO DIRETA COM AS LEIS

Fonte: O autor

O quadro 4 retrata o resultado da coleta de dados quando foi pesquisado no sistema de gerenciamento da informação da biblioteca da referida universidade, utilizando palavras-chave diretamente ligadas às duas políticas de ações afirmativas, a Lei 10.639/03 e a Lei 12.711/2012.

Os números dentro da coluna “COTAS” significam que esses trabalhos estão diretamente relacionados com a política de cotas, esses trabalhos versam sobre o referido assunto, já os dados dentro da coluna “EDUCAÇÃO” refletem os trabalhos localizados que abordam assuntos étnico-raciais na educação, trabalhos que tem uma implicação direta no fazer pedagógico de professores, e a coluna “ASSUNTOS DIVERSOS” retrata trabalhos de conclusão de curso que refletem pesquisas de diversas temáticas étnico-racial, mas que não tem nenhuma implicação no fazer pedagógico direto nem com as políticas de cotas, mas que podem ter certa relação com a Lei 10.639/03 que obriga os estabelecimentos educacionais a trabalharem com a História da África e da cultura afro-brasileira, e assim uma tendência à pesquisa acerca da população afrodescendente, sua cultura, religião, culinária, artes, saúde e outros.

A partir desse resultado podemos aferir que os trabalhos que versam diretamente sobre a política de cotas no intervalo de ano entre 2003 a 2014 totalizam 07 (sete) pesquisas, já os que versam diretamente sobre a Lei 10.639/03 totalizam 11 (onze) pesquisas e nos assuntos diversos foram localizados 47 (quarenta e sete) pesquisas dentro da temática étnico-racial.

Percebemos que as pesquisas que versam diretamente sobre cotas são de anos anteriores ao ano de efetivação delas, 2010, totalizando 07 (sete) trabalhos o que novamente vem refletir toda uma movimentação interna na universidade para a

implantação da referida política, e depois dessa efetivação, no ano de 2014 foi localizada 01 (uma) pesquisa sobre a temática.

Em relação à Lei 10.639/03 podemos deduzir segundo os números coletados que foram localizados: 01 (uma) pesquisa no ano de 2004 e em 2008, 2011, 2012, 2013 e em 2014 02 (duas) pesquisas em cada ano.

Os números achados referentes às pesquisas desenvolvidas dentro da temática étnico-racial perfazem um total de 47 (quarenta e sete) o que simboliza que existe um interesse da comunidade em pesquisar tais assuntos, mesmo que esse quantitativo possa não refletir o total de pesquisas realizadas em toda universidade, mas reflete uma parte dela, o que indica um caminho, uma percepção de que o negro e suas diversas formas de manifestação estão sendo pesquisados, disseminados e preservados mesmo que de forma tenuamente, como os números desse trabalho puderam apresentar.

Outro ponto que não pode deixar de ser salientado é que como a coleta de dados foi realizada a partir de buscas feitas no sistema de gerenciamento de informação da biblioteca da universidade, a saber, o sistema Pergamum e na Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) da referida universidade, muitos trabalhos de conclusão de curso, muitas pesquisas podem não estar disponibilizadas nesses localizadores de informação, o que pode de certa forma não refletir a totalidade, apenas uma parte das pesquisas realizadas na Universidade federal de Sergipe (UFS) no referido recorte temporal delimitado nesse trabalho.

ANO	Ciências Humanas e Sociais	Ciências Exatas	Ciências Biológicas	Total Geral
2003	0	0	0	0
2004	2	0	0	2
2005	5	0	0	5
2006	1	0	1	2
2007	6	0	0	6
2008	4	0	1	5
2009	8	0	0	8
2010	7	0	0	7
2011	5	0	0	5
2012	9	0	0	9
2013	6	1	0	7
2014	9	0	0	9
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>65</b>

QUADRO 5 – PESQUISA POR ÁREA DE CONHECIMENTO  
 Fonte: O autor

Uma pergunta a responder é se as pesquisas científicas em temas raciais na referida instituição confirmam serem em sua maioria pertencentes aos cursos ligados às áreas de ciências humanas, o que não se confirma nas ciências exatas e tecnológicas, como é presumidamente suposto? Sim, as pesquisas como mostra o quadro 5 apresentam um quantitativo maior na área das ciências humanas e sociais totalizando 62 pesquisas, que nas biológicas e exatas, onde se vê um total de 02 (duas) e 01 (uma) pesquisas respectivamente.

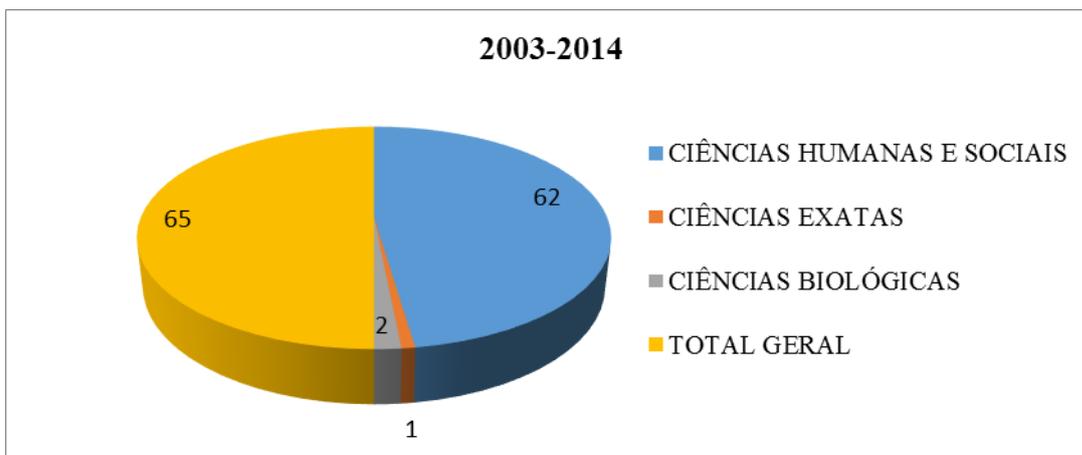


GRÁFICO 3 – RESULTADO POR ÁREA DE CONHECIMENTO  
FONTE: O autor

As pesquisas que aparecem da área das biológicas são pertencente ao curso de Educação Física com 02 (duas) e das exatas do curso de Matemática com apenas 01 (uma) pesquisa. Segundo o gráfico 3 podemos perceber que a hipótese se confirma, sendo o maior quantitativo de pesquisas realizadas nas áreas de Ciências humanas e sociais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pretensão de identificar a produção acadêmica dos trabalhos de conclusão de cursos na Universidade Federal de Sergipe, entre os anos de 2003 a 2014, que essa pesquisa se apresenta, levando em consideração as ações de políticas afirmativas como a Lei 10.639/03 e a Lei 12.711/2012, que respectivamente tratam do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, e da reserva de vagas nas universidades públicas federais para afrodescendentes oriundos de escola pública, essa última implantada em 2008 e efetivada no vestibular de 2010 na referida universidade. Conforme os resultados mostraram os assuntos referentes à temática étnico-racial tem apresentado uma pesquisa quantitativamente crescente em diversos níveis de ensino da

referida universidade, graduação, mestrado e doutorado, sendo que na especialização isso já não é visualizado. Esse aumento de pesquisas em temas raciais também pode ser relacionado com as políticas de ações afirmativas, o que desenha um cenário de que a História e a Cultura Afro-brasileira estão tendo um olhar dentro da academia e lugar de pesquisa nos cursos de pós-graduação especificamente nos níveis como se observou nesse trabalho.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Possíveis (e desejáveis) impactos das cotas raciais na universidade pública. In: TELLA, Marco Aurélio Paz (Org.). **Educação, ações afirmativas e relações étnico-raciais no Brasil**. Cadernos afro-paraibanos I. João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012, p.65-67.

CARVALHO, José Jorge de. Exclusão racial na universidade brasileiro: um caso de ação negativa. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Coord.). **O negro na universidade. Programa A cor da Bahia**. Salvador: Novos Toques, n.5, 2002, p.81-99.

\_\_\_\_\_. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

CARVALHO, J. L. S.; OLIVEIRA, I. de M. **Ações Afirmativas e Meritocracia: o desempenho dos alunos cotistas na Universidade Federal de Sergipe no primeiro ano do PAAF/UFS**. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <[http://www.gerts.com.br/seciri/anais\\_III\\_SECIRI/gt03/gt03\\_01.pdf](http://www.gerts.com.br/seciri/anais_III_SECIRI/gt03/gt03_01.pdf)>. Acesso em: 01 dez 2015.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía, SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Relações raciais e educação: o estado da arte. **Revista Teias** v. 14, n. 31, p. 107-132 maio/ago. 2013.

FERRAZ, Marcos Pacheco de Toledo. Ações afirmativas na Unifesp. In: SANTOS, Jocélio Teles dos. (Org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: **Seminário Internacional as minorias e o direito: CJF**, 2003. 272 p. (Série Cadernos do CEJ; v. 24). Disponível em: <<http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/var02.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. O contexto de emergência e de consolidação das políticas afirmativas na Universidade Federal de Sergipe. In.: MARCON, Frank, PASSOS SUBRINHO, José Modesto. **Ações afirmativas políticas inclusivas no**

**ensino público superior:** a experiência da Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão: UFS, 2010.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986 – 2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In.: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2.ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

